

AVALIAÇÃO NA ESCOLA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS

ROSA MARIA BERNARDI *

RESUMO

O texto trata da polêmica questão da avaliação nas escolas de 1º grau, especialmente, no início da escolaridade. Discute os desafios apresentados, hoje, à avaliação a partir de experiências que tentam viabilizar, metodologicamente, na escola, os pressupostos da teoria construtivista-interacionista.

"... ao aprendiz como sujeito de sua prática de aprendizagem corresponde, necessariamente, um professor sujeito de sua prática docente" (Telma Weisz).

INTRODUÇÃO

A avaliação, na instituição escolar, pode ser abordada a partir de múltiplos aspectos. Neste estudo, pretende-se discutir a avaliação a partir do desafio a ela dirigido pelo construtivismo-interacionista.

A avaliação realizada na escola, de modo geral, é caracterizada pelo seu uso exclusivamente classificatório. Nesta abordagem, é apenas verificação de resultados, isto é, após o período em que o professor ensina (transmite informações) e que o aluno aprende (registra na memória a informação transmitida), aplica-se uma prova para verificar a aprendizagem realizada (número de informações memorizadas). A prova aplicada, na maioria das vezes, é elaborada, utilizando-se questões objetivas que não permitem que se perceba, nas respostas dos alunos, o processo que desenvolveram para respondê-las. Não há, nessa prática, nenhuma análise sobre o valor dos resultados alcançados.

* Professora de didática da FAED/UPF e Professora do Grupo de Estudos do CD/CRE/UPF

Essa sistemática, transmissão-memorização-verificação, não corresponde aos propósitos do construtivismo-interacionista que se preocupa, basicamente, com os processos cognitivos do sujeito que aprende.

Superar a avaliação com fins apenas classificatórios constitui-se em velho desafio para os educadores, aliado, agora, a um novo desafio: o de construir uma avaliação que colabore com os objetivos do enfoque construtivista-interacionista na escola.

A seguir, pretende-se apresentar, brevemente, algumas idéias, em elaboração, sobre alternativas de avaliações, orientadas pela ótica construtivista-interacionista¹. Antes, porém, torna-se necessário fazer um esclarecimento, para localizar a avaliação no conjunto complexo de situações que fazem parte da preocupação dos educadores na instituição escolar.

Nesta reflexão, dá-se como suposto que a teoria construtivista-interacionista, na escola, agrega-se a propósitos mais amplos do que a preocupação do conhecimento e o desenvolvimento das estruturas cognitivas do sujeito. Com isso, entende-se que ela se associa aos propósitos do Projeto Político-Pedagógico que a escola deve construir coletivamente, para decidir o seu modo particular de intervenção na sociedade, por tratar-se de uma instituição integrante dessa mesma sociedade. Assim sendo, a avaliação não pode ser entendida isoladamente. Qualquer mudança nos modos de compreender e de fazer a avaliação faz parte de mudança mais abrangente que se realiza na escola como um todo. A avaliação está a serviço, ela não é um fim em si mesma. A avaliação integra um projeto político-pedagógico em gestação na escola que procura, através dele, intencionar a sua ação.

Acredita-se que a escola, hoje, deva direcionar-se para a formação de um aluno-cidadão que exerça a sua cidadania nas relações sociais particulares da escola, enquanto instituição social, de modo democrático, a partir de uma situação coletiva que deve ser participativa e solidária. Situação essa que visa a colaborar na formação de um sujeito crítico, intelectualmente independente, cientificamente competente, voltado para a transformação da sociedade brasileira, para que esta seja, ao contrário do que é hoje, uma sociedade igualitária onde todos possam viver dignamente.

1 As práticas referidas dizem respeito à experiência realizada no período de janeiro de 1990 a dezembro de 1993, na E.M. "Zeferino Demetrio Costi"- SESI/Passo Fundo e que se encontra descrita no livro: **Construção de uma Escola: ousadia e prazer.**

Feito o esclarecimento, pode-se, agora, enfrentar o aspecto específico para o qual se volta este estudo.

NOVOS DESAFIOS À AVALIAÇÃO

A partir do suporte teórico construtivista-interacionista, ocorre uma ruptura no binômio ensino-aprendizagem (ensinar=transmitir; aprender=repeter, memorizar o ensino, determinando a aprendizagem) que passa a ser visto como processos distintos. O conhecimento, nas palavras de WEISZ (1988, p. 39),

"... não aparece como algo que está fora e deve ser consumido, posto para dentro do aprendiz em doses controladas, e sim algo a ser produzido, construído pelo aprendiz enquanto sujeito e não objeto do processo de aprendizagem. Uma construção que não é linearmente cumulativa pois se trata de um processo de objetivação no qual o sujeito continuamente constrói hipóteses e enfrenta contradições que o obrigam a reformular sua hipóteses."

Trata-se, portanto, de um sujeito que pensa e, como esclarece Piaget, um sujeito que, pela ação efetivada na relação com o objeto de conhecimento, constrói, além do conhecimento, também as suas estruturas cognitivas, uma vez que a inteligência não é um "dado" pronto, que nasce com o sujeito. Entendida a aprendizagem deste modo, é preciso redefinir também o processo de ensinar, desenvolvido pelo professor e que, ainda, é profundamente marcado pela idéia de transmissão do conhecimento,

O papel do professor é entendido no construtivismo-interacionista como o de "mediador" da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Essa mediação é vista como uma "intervenção planejada" para favorecer a ação do aluno no seu processo de aprender.

Considerando os enfoques dados à aprendizagem e ao ensino, fica claro que o professor necessita, para poder exercer o seu papel de mediador, conhecer tanto o objeto do aprendizado quanto os processos cognitivos que o aluno percorre na construção do conhecimento.

A avaliação passa a ser, então, importante instrumento para o professor pla-

nejar e realizar a sua intenção mediadora. A avaliação não será mais exercida, exclusivamente, na sua função classificatória, mas será direcionada para as suas funções diagnóstica e formativa. É através dela que o professor acompanhará os processos cognitivos desenvolvidos pelos alunos; os caminhos que eles percorrem; as hipóteses com as quais trabalham; o que já sabem e o que ainda não sabem. Com isso, decide os modos, as atividades, os desafios, as problematizações que pode propor para ajudar seus alunos a pensarem, a apropriarem-se do conhecimento.

A avaliação será, assim, exercida pela constante análise e reflexão das produções cognitivas e dos comportamentos valorativos manifestados pelos alunos². Dessa forma, para haver categorias de análise destas produções e destes comportamentos, o professor precisa estudar e apropriar-se, também ele, de conhecimentos (teóricos) que o auxiliem nessa tarefa. É preciso instrumentalizar, cientificamente, a reflexão. Sob este ponto de vista, a avaliação orienta a ação docente, acompanha a realização dessa ação e volta a analisá-la após ela ter-se efetivado.

A avaliação, portanto, contempla não só o aluno, suas produções e, através delas, suas hipóteses cognitivas, mas, também, os próprios procedimentos pedagógicos utilizados pelo professor. E, ainda, estando a ação docente sintonizada ao Projeto Político-Pedagógico da escola, a avaliação abrange também o próprio projeto em construção, colaborando para a superação de seus impasses e impulsionando-o para a conquista de maior clareza e coerência teórico-prática.

Apenas para ilustrar as idéias sobre a questão apresentada, mas sem a pretensão de realizar uma análise aprofundada (o que pode ser objeto de outro trabalho), insere-se, aqui, o texto de Aline³ sobre o estudo que ela e sua turma da 3ª Série Vermelha realizaram sobre os caracóis.

2 Este último aspecto, colocado "de passagem", é fundamental para a formação do aluno. No entanto, não é o tema em discussão nesta produção, daí, o pouco destaque que nela recebeu.

3 Texto produzido em 1992 por Aline Rocha, aluna da Professora Nalú Sacomori, da E.M. "Zeferino Demétrio Costi" - SESI/Passo Fundo.

Escola Municipal Zeferino Demétrio Gosti
SESI.

Data: 22/10/92. Nome: Aline Rocha.

 Vamos conhecer como é o caracol
Na experiência de ontem eu tive a oportu-

nidade de conhecer um pouco sobre o caracol.

Eu observei que ele primeiro come um pouco para depois fazer as fezes.

O caracol da Abiela teve um caracolzinho ele estava em cima de seu casco. eu não sabia que eles comiam farinha de milho agora fiquei sabendo.

As horas que ele mais se movimenta é os 9h e 34 minutos e a que eles dormem é 3h e 53 min.

No real eles querem ir para a terra e lá só querem comer.

Na água ele nada, quando ele nada ele coloca os tentáculos para dentro. Eu vou acabar para pesquisar mais coisas sobre os caracóis.

Em primeiro lugar, o texto permite ao professor uma análise sobre o estágio em que Aline se encontra em relação ao domínio da língua escrita. Fica claro que, apesar de ter ainda muito a aprender, Aline consegue expressar, com desenvoltura, as suas idéias no texto escrito. Há problemas de pontuação, de estrutura de frase e de textualidade, entre outros, e que se constituem em indicadores para um trabalho ainda a ser desenvolvido pelo professor com vistas a auxiliar Aline a desenvolver a sua expressão escrita.

Além disso, o assunto de Ciências (o denominado "conteúdo escolar"), o caracol, que é o objeto do texto, aparece na feição de "conhecimento em construção". A criança está aprendendo; sabe algumas coisas sobre o mundo que está tentando descobrir, mas com dados de observação empírica, particular; está "praticando Ciências" e não apenas ouvindo explicações prontas sobre verdades definidas. A experiência concreta é apenas um ponto de partida para aquisição de conhecimentos, para a construção de conceitos. Sobre este aspecto, diz MÜLLER (1991, p. 82):

"... o objetivo não é ensinar o conceito ou dar explicações científicas de forma acabada, mas sim oferecer oportunidades para que a criança se envolva num clima de experimentação, isto é, aja sobre os objetos que lhes oferecemos, buscando estabelecer relações entre o que ela faz e como o objeto reage à sua ação, e assim torne-se cada vez mais autônoma, defenda suas próprias idéias com segurança e respeite as idéias dos outros, caso essas sejam diferentes das suas."

O importante, nesse processo, é olhar para o texto produzido, examinando as informações nele expressas, com o propósito de acompanhar o caminho que a criança vem percorrendo e compreender o raciocínio que apresenta sobre o assunto.

Aline, é claro, generaliza o que é particular. Está aí um indicador para os procedimentos pedagógicos do professor.

Ao realizar uma investigação, as crianças podem elaborar explicações e conjecturas mais ou menos confusas que, na sua continuidade, tendem a transformar-se em hipóteses mais precisas. As crianças, como diz Piaget, podem apresentar "hipóteses erradas", enquanto realizam experiências para a aquisição do conhecimento, são os chamados "erros construtivos" que se constituem em momentos de construção cognitiva dos conceitos.

No caso de o texto de Aline ser analisado sob o ponto de vista da avaliação classificatória, o professor registraria todos os erros por ela cometidos e, certamente, não lhe daria nota de aprovação. Nessa visão, percebe-se apenas o que a criança não "acertou". Afinal, o professor já explicou tudo uma, duas, três vezes, e a criança, apesar disso, não dá provas de ter aprendido. É candidata à reprovação no final do ano letivo.

Já, no enfoque dado à avaliação pela teoria construtivista-interacionista, o texto de Aline será analisado para se perceberem os caminhos cognitivos por ela percorridos; o que ela descobriu; em que nível expressou seu conhecimento, e servirá para orientar, a seguir, a ação docente. Ainda, convém lembrar a importância do último período do texto de Aline: "eu vou acabar para pesquisar mais coisas sobre os caracóis", por demonstrar que, nesse processo, a criança não escreve por obrigação escolar, mas porque tem algo a dizer, a comunicar. A língua aparece com funções mais amplas e não apenas como objeto escolar.

O conhecimento é uma apropriação construída cognitivamente e que se dá no tempo. A escola limita arbitrariamente este tempo pelo sistema de aplicação de provas bimestrais. A criança, a cada dois meses, deve demonstrar o que aprende do conteúdo vencido, isto é, do conteúdo passado, transmitido pelo professor.

O aspecto da bimestralidade da avaliação, feita a partir da aplicação de provas e da atribuição de notas, está registrado nos regimentos das escolas.

Pelo exposto, parece ficar claro que o processo de construção do conhecimento feito pelo aluno e acompanhado pelo professor (que também constrói, neste processo, o seu conhecimento), através da avaliação, não cabe nos parâmetros, hoje, consagrados nas escolas pelos seus regimentos,

Assim, como último enfoque deste estudo (que se sabe parcial e incompleto), quer-se propor como absolutamente necessária a modificação dos regimentos escolares, como uma importante medida, para que a escola brasileira se torne uma escola de maior qualidade.

Os regimentos precisam deixar de ser instrumentos burocráticos de controle do sistema para se tornarem instrumentos administrativos sim, mas a serviço do Projeto Político-Pedagógico que a escola procura desenvolver.

É preciso acabar com a avaliação classificatória bimestral. A bimestralidade traz, em si, a descontinuidade, a fragmentação do conhecimento; estabelece um ritual de tarefas e de aplicação de provas periódicas que nada têm a ver com o processo

de construção do conhecimento.

A criança, de fato, tem a seu dispor o ano letivo para apropriar-se dos conceitos propostos na série que frequenta; por sua vez, o sistema seriado já traz um componente arbitrário. Apesar das diferenças, todas as crianças de uma série devem chegar a um ponto determinado do conhecimento para seguirem sua trajetória escolar. É problema intrínseco da escola, enquanto instituição formal.

Além da bimestralidade, os regimentos escolares, hoje existentes, consagram também a nota como a única forma de expressar os resultados da aprendizagem, apesar de a lei federal abrir duas opções: o conceito e o parecer descritivo.

As poucas experiências com os conceitos mostraram-se, na prática, um mascaramento da nota. Por exemplo: se o aluno tiver nota dez a nove e meio, terá conceito ótimo; se tiver nota nove e quatro e oito e meio, terá conceito muito bom, e assim por diante.

Já o parecer descritivo, pouco experimentado, exige, para sua realização, o domínio de uma base teórica que permita ao professor analisar o desempenho do aluno e expressá-lo por escrito. Exige, para a sua elaboração, visão ampla do objeto de conhecimento e compreensão do processo de cognição. Ainda que seja um processo mais rigoroso, mais exigente e mais trabalhoso para o professor, essa é, no entanto, a forma mais adequada de se expressar o desenvolvimento do processo de apropriação do conhecimento e o resultado obtido pelos alunos no enfoque construtivista-interacionista. A avaliação não é imutável; os regimentos que a definem não são eternos.

CONCLUSÃO

É preciso, hoje, que o professor desconfie dessa avaliação exclusivamente classificatória, bimestralmente medida, há tantas décadas praticada. É preciso que comece a sentir-se provocado, estimulado a pensar a partir do que a ciência tem apresentado de novo nestes últimos anos e, também, do que observa no seu cotidiano de trabalho com as crianças. É preciso não perder o sentido da historicidade da vida e do conhecimento. É preciso enfrentar os novos desafios que, infelizmente, no contexto da educação brasileira, estão-se tornando velhos.

O desafio, a princípio é de cada professor, mas seu encaminhamento é cole-

tivo, pela prática participativa e democrática no interior da escola. É hora, portanto, de mudar. O desafio está posto.

ABSTRACT

The text treats the evaluation at the Primary and Elementary Schools mainly at the beginning of the studies. It discusses the challenges presented, today, to the evaluation, from the experiences that try to give conditions to the presuppositions of the Constructivist - interactive theory.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- WEISZ, Telma. As contribuições da psicogêneses da língua escrita e algumas reflexões sobre a prática educativa de alfabetização. In: **Ciclo básico em jornada única**. São Paulo, Secretaria de Estado de Educação, FDE, vol 1, 1988, p. 39-46.
- MÜLLER, Jackson. O ensino de ciências naturais nas séries iniciais de 1º grau. In: **Revista de Estudos**. Novo Hamburgo, FEEVALE, v. 14, nº 1, jul./1991, p. 82-84.